

Serviço Social e “Questão Social”: fundamentos teóricos e análise contemporânea

Social Work and "social Issues": theoretical foundations and contemporary analysis

Giselle Ávila Leal de Meirelles *

Resumo:

Este artigo tem por objetivo analisar a “questão social” e sua importância para os fundamentos do Serviço Social brasileiro. Trazemos à luz duas discussões sobre a “questão social” que permanecem abertas no debate do Serviço Social, quais sejam: a persistência do conservadorismo político e a existência ou não de uma “nova questão social” na contemporaneidade. A pesquisa documental e bibliográfica permitiu desvelar alguns elementos da teoria social crítica que explicam de forma aprofundada a “questão social” e suas principais expressões em tempos de crise capitalista e de fortalecimento do neoliberalismo no país.

Palavras-Chave: Serviço Social. Questão Social. Desigualdade Social. Pauperização.

Abstract:

This article aims to analyze the "social question" and its importance to the foundations of the Brazilian Social Service. We bring to light two discussions about the "social question" that remain open in the Social Service debate, namely: the persistence of political conservatism and the existence or not of a "new social question" in contemporary times. Documentary and bibliographical research allowed us to unveil some elements of critical social theory that explain in depth the "social question" and its main expressions in times of capitalist crisis and the strengthening of the neoliberal State in the country.

Keywords: Social Work. Social issues. Social inequality. Pauperization.

Introdução

Desde a década de 1990, a “questão social” é considerada a matéria prima do Serviço Social (IAMAMOTO, 2001) e se apresenta no cotidiano da vida social sob a forma de múltiplas expressões, todas decorrentes da exploração do trabalho pelo capital, e, portanto, consideradas objeto de investigação e intervenção profissional do assistente social. Sendo assim, a “questão social” está incorporada em todas as demandas atribuídas ao Serviço Social, compondo os fundamentos da profissão.

Então, para os assistentes sociais, que atuam nas mais variadas expressões da “questão social”, e, tem nas políticas públicas sociais as mediações necessárias para o atendimento à população, a desigualdade social, decorrente da concentração de renda

* Doutora em Serviço Social pela UFRJ, professora de Serviço Social da UFPR-Litoral. E-mail: meirelles.gi@gmail.com

e de propriedade se apresenta como eixo estruturante da “questão social”, especialmente quando visualizada em sua concretude, ou seja, no pauperismo.

Em 2016, os assistentes sociais comemoraram 80 anos da criação do Serviço Social no Brasil. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicou uma nota alusiva ao aniversário da profissão, cuja síntese deixa clara a construção histórica de sua identidade. A nota afirma que o Serviço Social é

uma profissão inscrita na história do Brasil há 80 anos. Uma profissão que foi capaz de se reinventar e se reconceituar, buscando romper com o conservadorismo do seu surgimento e com o tecnicismo de seu desenvolvimento. Uma profissão que reconstruiu seus referenciais teóricos e metodológicos, analisando a sociedade capitalista, a desigualdade e a violação de direitos dela decorrentes. Uma profissão que, impulsionada pelo movimento de redemocratização do país, reescreveu seu Código de Ética, adotando valores que foram se aperfeiçoando e se tornaram princípios que, hoje, almejam alcançar, no horizonte, um projeto societário sem exploração e dominação de classe (CFESS, 2016).

Lembramos então, que a partir da década de 1980, o Serviço Social passou por um processo de renovação em seus pressupostos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos. Apesar de não podermos detalhar tais renovações neste momento, os elementos históricos do Serviço Social são base indispensável para a compreensão de sua estruturação técnico-científica, entendendo-se que

o Serviço Social é uma profissão – uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sociotécnica do trabalho – regulamentada no Brasil pela Lei 8662, de 17/06/93; enquanto profissão, não dispõe de uma teoria própria, nem é uma ciência; isto não impede, entretanto, que seus profissionais realizem pesquisas, investigações etc. e produzam conhecimentos de natureza teórica, inseridos no âmbito das ciências sociais e humanas [...] o notável é que a profissão assinala a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo político: data de então a aberta utilização de vertentes críticas (com destaque para as inspiradas na tradição marxista) (PAULO NETTO, 1999, p. 102).

No processo de renovação do Serviço Social, uma das discussões mais importantes para a categoria profissional tem sido a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, configurando uma complexidade de articulações, que exigem o conhecimento ampliado sobre os fundamentos da “questão social” contemporânea. Entendemos que os fundamentos da “questão social” são determinados pela Lei Geral da Acumulação Capitalista de Marx (1984), quando analisa

que na proporção em que se amplia a acumulação capitalista amplia-se, ao mesmo tempo, a exploração do trabalho pelo capital. Marx (1984) em *O Capital*, afirma que

a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação [...] determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital [...] acumulação de riqueza num polo é ao mesmo tempo acumulação de miséria [...] (MARX, 1984, p. 749).

Esse processo de exploração determina a desigualdade social, a pauperização e consegue desvelar o acirramento histórico e contínuo das expressões da “questão social”¹ engendrado pela centralização e concentração de capital, ou seja, um processo de produção, distribuição, troca e consumo da riqueza social desigual, determinante da divisão social do trabalho e da luta de classes.

O processo de centralização e concentração de capitais atinge visceralmente o Serviço Social brasileiro ao promover a ampliação da desigualdade social e da pauperização absoluta e relativa, o que contradiz frontalmente os princípios basilares do Projeto Ético-Político da profissão. Além disto, a efetivação de políticas sociais enquanto mediação para o atendimento das necessidades da classe trabalhadora fica prejudicada, tendo em vista o contingenciamento de recursos do fundo público previstos no orçamento da União, destinados à implantação ou implementação de políticas que garantam direitos de cidadania para o conjunto da classe trabalhadora.

Aspectos da discussão contemporânea sobre a “questão social”

A “questão social” é um conceito que abrange dupla dimensão, ou seja, envolve a exploração capital/trabalho e, também, a inconformidade e a resistência da classe trabalhadora frente à exploração capitalista. Trata-se de um conceito emergente no cenário de consolidação do modo de produção capitalista, ou seja, da Revolução

¹ Adotaremos as aspas, como a maioria dos estudiosos da “questão social” no Serviço Social, “denotando certo cuidado na sua adoção que se explica não somente pela origem conservadora da expressão, conforme alertam Iamamoto (2001) e Paulo Netto (2005). As aspas foram adotadas como “solução” para o fato da “questão social” não poder ser alçada ao estatuto de uma categoria no sentido marxiano como “forma de ser, determinação da existência”. A “questão social” em si, a partir dessa acepção, não existe na realidade, e, assim sendo, deve ser entendida como um conceito – cuja natureza é reflexiva, intelectual – e não como categoria” (SANTOS, 2008, p. 27).

Industrial e a consequente pauperização absoluta da classe operária no início do século XIX, por volta de 1830.²

É preciso salientar que naquele momento, a pauperização absoluta se apresentava como um fenômeno recente, inédito para as expectativas da produção capitalista em seu período concorrencial. Paulo Netto (2005, p. 153) explica que “pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*” (Grifos do autor).

A partir de então, a “questão social” tem sido tema de amplos debates apresentando-se com variações conceituais de distintas vertentes teórico-metodológicas e ideológicas. Elencamos duas discussões atuais que perpassam os fundamentos da “questão social” na perspectiva do Serviço Social brasileiro.

O persistente conservadorismo e a “questão social”

A primeira discussão se refere à persistência da ótica conservadora sobre a “questão social”, que no contexto da luta de classes da Europa do século XIX passa a justificar a desigualdade social e a pauperização como um fenômeno natural e individual dos sujeitos. Nessa ótica, os próprios sujeitos são tidos como os responsáveis pelo processo de pauperização social, desconsiderando-se que a desigualdade social e a pauperização são o resultado histórico do processo de acumulação capitalista. Paulo Netto (2005, p. 155), explica que,

entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da ‘questão social’ (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo ante conjunturas econômicas adversas, etc.) são vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de *características inelimináveis de toda e qualquer ordem social*, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte ‘científico’), capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário *reformista* (aqui, o exemplo mais típico é oferecido por Durkheim e sua escola sociológica). No caso do pensamento conservador confessional, se se reconhece que a gravitação da ‘questão social’ e se se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames, insiste-se em que somente sua exacerbação contraria a vontade divina (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1891).

² As revoluções que marcaram o contexto europeu na primeira metade do século XIX, sobretudo, a Revolução de 1848 na França, também estão inscritas na emergência da “questão social” pois, “de um lado, os eventos de 1848, encerrando o ciclo progressista da ação de classe da burguesia, impedem, a partir de então, aos intelectuais a ela vinculados (enquanto *seus representantes ideológicos*) a compreensão dos nexos entre economia e sociedade – donde a interdição da compreensão da relação entre desenvolvimento capitalista e pauperização” (PAULO NETTO, 2005, p.154).

A análise que se depreende da naturalização da “questão social” é a construção ideopolítica de que suas expressões devem ser enfrentadas com estratégias moralizantes ao invés de estratégias político-econômicas, de forma a manter intactas as premissas da acumulação capitalista, sobretudo, da propriedade privada dos meios de produção. “Trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar” (PAULO NETTO, 2005, p.155).

Sobre o pensamento conservador, Escorsim Netto (2011) afirma que é no período de configuração da sociedade burguesa que se assiste ao surgimento do pensamento conservador, ou seja, no período pós-revolução francesa de 1848. A autora faz uma análise detalhada sobre a emergência do pensamento conservador clássico e, inspirada em György Lukács faz a seguinte assertiva:

[...] Se, originalmente, o pensamento conservador é restaurador e antiburguês, na reviravolta referida por Lukács (da apologética e da decadência ideológica da burguesia) este caráter se transforma: o que tende a se desenvolver no seu interior, mais que aqueles dois traços, é o seu eixo *contrarrevolucionário*. Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressava um repúdio à revolução burguesa [...] nos conservadores que trabalham nas condições pós-1848, com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a *qualquer revolução* – ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como *contrarrevolucionário*. É assim que ele tem substantivamente mudada a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado (ESCORSIM NETTO, 2011, p.50).

Em outra passagem, a autora complementa explicando o conservadorismo contemporâneo:

É evidente que o conservadorismo contemporâneo deita raízes no conservadorismo, que, adiante, nas páginas deste livro, caracterizarei como ‘clássico’; é evidente também, que o conhecimento desse último é fundamental para a crítica daquele. Não nos enganemos, porém: o conservadorismo contemporâneo apresenta inúmeros traços de que carece o conservadorismo ‘clássico’ – e são tantos, que fazem da constelação conservadora atual algo bastante diverso daquela do século XIX. A característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo consiste em que *ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores* (ESCORSIM NETTO, 2011, p.16). (*Grifos da autora*).

Nesta mesma direção, Braz (2011) analisa as possíveis vertentes do conservadorismo contemporâneo que podem incidir nas concepções de “questão social”. Segundo ele, na atualidade o conservadorismo pode se apresentar em, pelo menos, três vertentes complementares entre si:

no catastrofismo fatalista – para quem não há o que fazer, restando apenas a tarefa de gerir o que está posto; *no esquerdismo pós-moderno* – que mistifica a luta de classes nos particularismos de todo o tipo e que diz reinventar as formas de lutas, jogando na lata do lixo da história o partido como organização política revolucionária; e *no possibilismo* – que aposta no voluntarismo e na colaboração de classes como saídas à barbárie capitalista (BRAZ, 2011, p.14). (Grifos do autor).

Pelo exposto, percebe-se que a visão conservadora sobre a “questão social” persiste até os nossos dias (isto é visível, inclusive, nas Reformas previstas pelo atual governo neoliberal de Michel Temer). Observa-se que a tendência da sociedade burguesa é tratar a “questão social” psicologizando-a, deseconomizando-a e despolitizando-a, ou seja, entendendo-a como produto da natureza individual de cada sujeito. É como se estivéssemos diante de “problemas” de ordem pessoal, derivados da personalidade “desviante” ou de caráter duvidoso de cada sujeito. Além disto, suprime-se as relações sócio-econômicas que incidem nas relações de classe, como se as determinações de classe não existissem e não definissem as condições de vida da classe trabalhadora.

Neste sentido, Paulo Netto (2005, p. 61) analisa que

todo empenho burguês consiste em deslocar a ‘questão social’ do campo da política – em privá-la de uma contextualização classista (donde a ‘harmonia’ entre capital e trabalho), em torná-la indene de projeções assumidamente políticas (donde a recusa da ‘ideologização’). O escamoteamento da dimensão política medular da ‘questão social’ constitui o cerne da política burguesa que a quer enfrentar na idade do monopólio. É dela que derivam as formas típicas, e complementares, da estratégia político-social da burguesia: a despolitização surge no tratamento da ‘questão social’ como objeto de administração técnica e/ou campo de terapia comportamental – e aqui se reconhecem as perspectivas ‘pública’ e ‘privada’.

De fato, diante da complexidade da “questão social”, a visão conservadora procura individualizar as contradições do capital tratando-a como falta de adaptação de determinados sujeitos, inclusive no que se refere as relações de trabalho, como forma

de desresponsabilizar o Estado capitalista frente as desigualdades promovidas pelas relações sociais de produção.

Em outras palavras, as expressões da “questão social” que emergem das contradições capital/trabalho e da exploração capitalista tendem a ser criminalizadas e se apresentam como anomalias sociais, mas na verdade, são expressões engendradas pelo próprio capitalismo financeirizado, como por exemplo, um renovado exército industrial de reserva, a pobreza, a violência etc. É importante reafirmar que no processo de acumulação capitalista, em qualquer tempo e espaço, não é possível conciliar concorrência e lucro, determinações basilares do capitalismo, com maior liberdade e igualdade sócio-econômica, nem mesmo num processo gradual como alguns podem supor³. A pauperização e a desigualdade social, enquanto expressões nucleares da “questão social” se referem a uma legalidade da estrutura sócio-econômica do próprio capital, qual seja uma tendência vinculada à lei geral da acumulação capitalista de Marx (1984).

Por outro lado, a atual crise político-econômica, que afeta todos os países do globo, assume particularidades extremamente regressivas para a classe trabalhadora brasileira que enfrenta o avanço da perspectiva neoliberal e ao mesmo tempo, a “direitização” da cultura política no país, atingindo os movimentos sociais, os sindicatos e os partidos políticos que se colocam mais próximos à defesa de direitos sociais e trabalhistas. Este processo tem exigido maior resistência da classe trabalhadora e a ampliação de lutas sociais na defesa e garantia de direitos.

A intrigante discussão sobre a “nova questão social”.

A segunda discussão fundamental que tangencia nosso objeto de estudo se refere ao debate sobre a existência ou não de uma “nova questão social” na realidade contemporânea. Para alguns autores, diante da mundialização do capital e da reestruturação produtiva neoliberal estaríamos diante de uma “nova questão social”. Os principais defensores da “nova questão social” partem do pressuposto de que,

³ No Brasil, temos presenciado iniciativas que parecem ir à direção do socialismo gradual, como é o caso da proposta de Economia Solidária, por meio da qual, seus defensores acreditam que “a coexistência entre a pequena produção (atividades supostamente não capitalistas) e o mercado capitalista constitui uma alternativa à ordem burguesa. Esse arranjo é por eles denominado socialismo” (TAVARES; ALVES, 2006, p. 435).

as mudanças ocorridas no mundo capitalista contemporâneo marcam uma ruptura com o período capitalista industrial e com a questão social que emergiu na primeira metade do século XIX, com o surgimento do pauperismo, na Europa Ocidental. Assim, no processo inacabado de busca da novidade, entram em cena os 'novos sujeitos', 'novos usuários' que teriam 'novas necessidades'. Essas novidades seriam produto das transformações da sociedade capitalista vividas, mundialmente, a partir de meados dos anos 1970, que trazem consigo a necessidade de redefinir os modos de regulação econômicos e sociais (PASTORINI, 2010, p.25).

Aqui, Pastorini (2010) se refere mais especificamente a Robert Castel e Pierre Rosanvallon. Ambos os autores entendem que a crise capitalista da década de 1970 teria promovido o surgimento de uma "nova questão social" a partir de novas demandas colocadas, fundamentalmente, pelo esgotamento da sociedade salarial (CASTEL, 1998) e pela superação da concepção clássica de direitos sociais (ROSANVALLON, 1998 *apud* SANTOS, 2011).

Para Castel (1998), o desfecho da "nova questão social" encontra-se num estado de privação que ele denomina "desfiliação" provocada pela articulação de três ordens da "questão social" na atualidade, quais sejam: a desestabilização dos estáveis, uma vez que a precarização do trabalho percorre algumas das áreas de empregos estabilizadas há muito tempo; a instalação da precariedade, sendo que o trabalho aleatório representa uma nebulosa de contornos incertos, mas que tende a se autonomizar; e a precarização do emprego e o aumento do desemprego como manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares, posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. Portanto, o eixo central da "nova questão social" para Castel é o desemprego e a precarização do trabalho e a promoção de sujeitos *desfiliaados*, sobretudo jovens, os quais passam a ser inúteis para o mundo. Em suas palavras, "o núcleo da questão social hoje seria a existência de 'inúteis para o mundo', de supranumerários e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa" (CASTEL, 1998, p.593).

Já Pierre Rosanvallon tem um pensamento mais próximo da perspectiva sócio-liberal e coloca a ênfase no conceito de "exclusão social", indicando também três dimensões causais: a crise financeira, decorrente do aumento das despesas sociais e a queda na arrecadação fiscal dos governos; a crise ideológica, resultante da

burocratização estatal que teria ocasionado a perda de legitimidade das políticas públicas de intervenção na “questão social”, e; a crise filosófica, considerada pelo autor como a mais grave de todas, que consistiria na “degradação dos princípios de organização da solidariedade e o fracasso da concepção tradicional dos direitos sociais [...]” (ROSANVALLON, 1998 *apud* SANTOS, 2011, p. 327).

Santos (2011) analisa que como todo sócio-liberal, Rosanvallon critica o modelo neoliberal clássico, mas admite a reforma-restauradora capitalista levada a cabo pela burguesia rentista como sendo natural e irreversível, ao qual os agentes econômicos, sociais e políticos deveriam se adequar. O autor analisa que para Rosanvallon (1998),

pouco ou nada se poderia fazer diante da revolução informacional e do surgimento da medicina preditiva, que teriam rompido o “véu de ignorância” e facilitado o trabalho de mapeamento das diferenças – culturais e genéticas – existentes entre os indivíduos. A tendência seria o abandono dos princípios da justiça social (como John Rawls defendia) e da homogeneização dos riscos em detrimento de um modelo de cálculo individual. Tais revoluções tecnológicas acabaram por favorecer um novo modelo de intervenção na “questão social”, baseado na igualdade de oportunidades e nas discriminações culturais e naturais (*apud* SANTOS, 2011, p.328).

Questionamos as abordagens de Castel e Rosanvallon, no sentido de que não podemos incorporar passivamente a existência de uma “nova questão social” a partir de conceitos como “desfiliados” e “inúteis para o mundo” tal qual apresentados por Castel e, tampouco, construções ideopolíticas conservadoras e neoliberais, como as apresentadas por Rosanvallon, onde o autor supõem a irreversibilidade do processo sócio-histórico pós-moderno destituindo a luta de classe como alternativa transformadora. Além disso, para nós, existe um equívoco ao se acreditar na emergência de uma “nova questão social”. Não é a “questão social” que é nova, assim como o estágio monopolista do capitalismo, por exemplo, não transformou o capitalismo em um “novo capitalismo” (até porque não deixou de manter seu caráter também concorrencial). O que se modifica com o tempo, são as formas ampliadas de acumulação capitalista e o conseqüente acirramento da “questão social”, ou seja, a ampliação e o aprofundamento de suas expressões. Neste caso, é bem verdade que algumas das “novas” expressões que refletem as contradições do capital na contemporaneidade trazem a marca de certo ineditismo, pois atingem uma intensidade de destruição e barbárie social jamais vista. Porém, o que presenciamos é a renovação de expressões,

sejam da “questão social” ou do próprio capitalismo mundializado, fruto da exploração do trabalho pelo capital e das contradições imanentes ao deslocamento da acumulação capitalista da esfera produtiva para a esfera financeira e especulativa.

Diante da perspectiva de existência de uma “nova questão social” é importante a compreensão de que suas variações compõem uma unidade de múltiplas expressões, ou seja, a unidade se encontra numa mesma raiz (matriz) – as relações sociais de produção/exploração capitalista - e por isso, no momento atual, contamos com expressões da “questão social” renovadas, mas que expressam as mesmas contradições existentes em todos os estágios anteriores do desenvolvimento capitalista. No dizer de Braz (2011, p. 16),

se considerarmos a introdução de significativas modificações e inovações na estrutura social da sociedade burguesa, e no perfil de suas duas classes fundamentais, é possível asseverar que os problemas centrais abertos no século 19 permanecem os mesmos: a burguesia e o proletariado como classes fundamentais, as lutas de classes que delas surgem, a ‘questão social’, o Estado capitalista. Permanecem os mesmos problemas centrais, porém, emergiram e continuam emergindo outros que exigem atualização constante da reflexão teórico-crítica, de modo a procurar compreender as novas manifestações que incidem sob a base dos mesmos fenômenos macrossocietários e multisseculares.

Marilda Iamamoto (2007), também reforça a ideia de renovação das expressões da “questão social”, pautadas nas contradições das relações sociais capitalistas. Segundo a autora,

constata-se hoje, uma renovação da ‘velha questão social’, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições e assumindo novas expressões na atualidade. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia-a-dia contra as mesmas – lutas na sua maioria silenciadas pelos meios de comunicação – no âmbito do trabalho, do acesso aos direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, entre outras dimensões (IAMAMOTO, 2007, p.164-165).

Como já visto, a “questão social” emerge no contexto da Revolução Industrial do século XIX e está associada, historicamente, à desigualdade social e à pobreza. Neste sentido, a “questão social” está estreitamente vinculada à classe trabalhadora, à exploração capital/trabalho e as formas de mais-valia expropriadas do trabalhador. Sendo assim, é possível afirmar então, que as expressões da “questão social” podem ser

reconfiguradas nos diferentes estágios capitalistas, mas persistem substantivamente sendo as mesmas (com tendências a ampliação e ao aprofundamento) porque derivam do mesmo fundamento: a exploração do trabalho pelo capital.

De acordo com Pastorini (2010, p. 114), os eixos estruturantes da questão social contam com três pilares centrais:

em primeiro lugar, podemos afirmar que a “questão social” propriamente dita remete à *relação capital/trabalho* (exploração), seja vinculada diretamente ao trabalho assalariado ou com o ‘não trabalho’; em segundo, que o atendimento da ‘questão social’ vincula-se diretamente àqueles problemas e grupos sociais que podem colocar em *xoque a ordem socialmente estabelecida* (preocupação com a coesão social); e, finalmente, que ela é expressão das manifestações das desigualdades e antagonismos ancorados nas contradições próprias da sociedade capitalista.

Na medida em que a “questão social” está vinculada a exploração capital/trabalho, está também vinculada às ações estatais necessárias para regular a luta de classes em tudo que possa desestabilizar a ordem burguesa. O Estado intervém através de políticas públicas sociais como forma de minimizar os conflitos de classe. Porém, na contemporaneidade, nos deparamos com políticas sociais focalizadas somente nas parcelas mais empobrecidas da sociedade (pobreza absoluta) com o simultâneo contingenciamento de investimentos em políticas de seguridade social, as quais contam com caráter universalizante e representam a garantia de direitos fundamentais de cidadania.

A privatização e a mercantilização das políticas de seguridade social, juntamente com a adoção de programas assistenciais focalizados nos mais pobres, tem levado ao aprofundamento da desigualdade social e da pobreza relativa, uma vez que camadas empobrecidas que contam com uma renda minimamente maior do que aqueles em condição de pobreza absoluta (extrema), muitas vezes não são inseridos em políticas de proteção social da saúde, previdência e assistência social (incluindo-se aqui, a habitação, a educação superior, entre outras).

Considerações finais

A perspectiva conservadora sobre a “questão social”, bem como a discussão sobre a existência de uma “nova questão social” confrontam profundamente não só os fundamentos da Lei Geral da Acumulação Capitalista de Marx (1984), mas também, os

fundamentos do próprio Serviço Social contemporâneo quando assume a hegemonia teórico-metodológica da Teoria Social Crítica de Marx. Isto porque a perspectiva crítica perpassa a organização da categoria profissional, as legislações que lhe conferem legitimidade jurídico-legal e o Projeto Ético-Político da profissão.

Sendo assim, para o Serviço Social, a “questão social” e suas manifestações vivenciadas no cotidiano da vida social, devem ser compreendidos à luz da exploração do trabalho pelo capital, da concentração de renda e propriedade e a consequente desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida que aprofunda, progressivamente, a desigualdade e a pobreza no Brasil e em todo o restante do planeta.

A renovação (e não a novidade) das expressões da “questão social” contemporânea, quando vistas em sua concretude como por exemplo, no acirramento da violência contra mulheres, jovens, crianças, indígenas, negros, homossexuais, encarcerados, meio-ambiente e outros, incide fortemente nas demandas postas aos assistentes sociais. Da mesma forma, a precarização do trabalho, a redução de direitos da seguridade social e a desregulamentação do trabalho afetam a categoria profissional na medida em que se apresentam como grande ofensiva ao conjunto da classe trabalhadora e a sua capacidade de enfrentamento ao Estado neoliberal capitaneado pela oligarquia financeira nacional e internacional.

Portanto, todas as formas de exploração e desigualdade que temos vivenciado exigem da categoria profissional um posicionamento político, em perspectiva revolucionária, que faça enfrentamento ostensivo as ofensivas do atual governo neoliberal de Michel Temer, uma vez que tais ofensivas determinam o aprofundamento da “questão social” em nosso país. Destaco aqui, aquelas que considero as principais regressões neste momento:

- o enfraquecimento do capital produtivo frente aos interesses do grande capital financeiro mundializado;
- o enfraquecimento da organização da classe trabalhadora e dos partidos políticos de esquerda.
- o desemprego que atinge atualmente, cerca de 13,5 milhões de brasileiros⁴ e a desregulamentação do trabalho que levará outros milhões de trabalhadores ao trabalho informal, ampliando a pobreza absoluta e relativa.

⁴ A taxa de desemprego no Brasil atingiu 13,2% no trimestre encerrado em fevereiro, informou nesta sexta-feira (31) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), foi apurada uma alta de 1,3 ponto percentual na

- a redução de direitos sociais e trabalhistas para a classe trabalhadora brasileira, incluindo os trabalhadores rurais, frente à Reforma da Previdência e a desregulamentação do trabalho, com a consequente mercantilização dos direitos de seguridade social.
- as variadas formas de criminalização da pobreza, xenofobia, violência social e familiar que temos presenciado, inclusive com o apoio da Bancada conservadora denominada BBB (Boi, Bala e Bíblia) do Congresso Nacional;⁵
- a destruição da natureza para atender a ganância desmensurada do grande capital, sem qualquer fiscalização que garanta a sua recomposição permanente.
- a persistente insegurança alimentar grave e o aviltamento do direito fundamental de sobrevivência em condições de qualidade nutricional.⁶

Como se pode observar com os exemplos acima, a “questão social” brasileira se apresenta de forma intensa e regressiva, praticamente em condições de barbárie social. Cabe-nos, em consonância com o Projeto Ético Político do Serviço Social, contribuir para a ampliação das lutas sociais protagonizadas por segmentos expressivos da classe trabalhadora, por meio de movimentos sociais, de lutas sindicais e de apoio aos partidos políticos de esquerda, sem os quais a democratização e a cidadania de nosso país tendem a perder vitalidade pública e valor social.

Referências

BRAZ, Marcelo. *Partido e Revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BRAZ, Marcelo. Um golpe nas ilusões democráticas. *Revista virtual Praxis e Hegemonia Popular*, v.1, 2016. Disponível em: <<http://igsbrasil.org/praxis/expediente/index.php>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Comemorações do Dia do/a Assistente Social homenageiam os 80 anos da profissão*. 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1254>>. Acesso em: 23 set. 2016.

comparação com o trimestre anterior, sendo a maior taxa de desocupação no País da série histórica do indicador iniciada em 2012. (DESEMPREGO..., 2017).

⁵ Braz (2016, p.1) alerta que na verdade, “a bancada BBB deveria ser chamada de BBBBB (Boi, Bala, Bíblia, Bola e Banca – os dois últimos representam a ‘cartolagem’ do futebol e o sistema financeiro)”.

⁶ A insegurança alimentar grave é aqui entendida como “à redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos)” (GUIMARÃES, 2012, p.85).

- DESEMPREGO atinge 13,5 milhões de brasileiros; maior taxa desde 2012. *Brasil Economico*, 31 mar. 2017. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/2017-03-31/desemprego-dados-ibge.html>>. Acesso: 3 abr. 2017.
- ESCORSIM NETTO, Leila. *O Conservadorismo Clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.
- GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. *Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação*. Brasília: OIT, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. vol. I e II. 9. ed. trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1984.
- PASTORINI, Alejandra. *A categoria "questão social" em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões da nossa época, v. 7).
- PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo1 Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.
- PAULO NETTO, José. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Josiane Soares. *Particularidades da "Questão Social" no capitalismo brasileiro*. 2008. 219 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- SANTOS, Rodrigo Castelo Branco. *O Social-liberalismo: uma ideologia para a "questão social" no século XXI*. 2011. 379 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- TAVARES, Maria Augusta; ALVES, Maria Aparecida. A dupla face da Informalidade do Trabalho: "autonomia" ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo. (Org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 425-446.

Recebido em: 01/05/2017

Aprovado em: 30/06/2017